



## PEDIDO DE INFORMAÇÃO

**Considerando** que o dever constitucional do Poder Legislativo de fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsto no ordenamento jurídico vigente;

**Considerando** os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública;

**Considerando** a divulgação, por meio do site oficial da municipalidade, de informações indicando a concessão de isenção de taxas de inscrição aos participantes da feira gastronômica realizada mensalmente;

**Considerando** que a concessão de isenções ou benefícios que impliquem renúncia de receita deve observar os requisitos previstos na legislação vigente, especialmente quanto à existência de previsão legal e estimativa de impacto financeiro;

**Considerando** a necessidade de transparência quanto à utilização de recursos públicos e eventuais benefícios concedidos a particulares;

**Considerando** o interesse público em assegurar igualdade de condições entre os participantes, bem como a correta aplicação de normas legais e administrativas.

Diante dessas considerações, solicitamos ao Senhor Prefeito Municipal, o seguinte pedido de informações:

A) Houve, de fato, a concessão de isenção da taxa de inscrição para participação na feira gastronômica realizada no município?

B) Em caso afirmativo:

– Quais foram os feirantes beneficiados, com a devida identificação nominal e, se possível, CPF ou CNPJ;

– Informar se os beneficiados são feirantes do município ou de outras localidades, especificando suas origens;

C) Qual o valor da taxa de inscrição que seria cobrada normalmente dos participantes?

D) Qual o valor estimado total da renúncia decorrente da isenção concedida, bem como informar se houve estimativa de impacto orçamentário-financeiro e indicação das medidas de compensação, nos termos da legislação vigente.

E) Encaminhar cópia integral do Decreto, Portaria ou ato administrativo que instituiu a isenção da taxa de inscrição, incluindo pareceres jurídicos, despachos e manifestações técnicas.



F) Encaminhar cópia da Lei Municipal que embasa ou autoriza tal isenção, se houver.

G) Encaminhar cópia integral do processo administrativo, capa a capa, que tratou da concessão da referida isenção.

H) Informar quais critérios foram utilizados para a concessão da isenção, bem como se houve procedimento público de seleção ou chamamento.

I) Prestar outras informações a respeito do assunto.

Sala das Sessões, 30 de março de 2026.

***Carlos Luiz de Deus – “Carlinhos de Deus”***  
***Vereador***

***rv2***



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Município de Interesse Turístico



---

**DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA**

**Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.**

**Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=8PVS93380S80G946> , ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 8PVS-9338-0S80-G946**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Pedido de Informação Nº 55/2026 - PROTOCOLO: 1797/2026 - 30/03/2026 - 11:06 - CHAVE PARA VALIDAÇÃO: 8PVS-9338-0S80-G946